

O RECONHECIMENTO DA PLURALIDADE CIENTÍFICA DAS MULHERES E A PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO

Ygor Medeiros Ferreira ¹

Mateus Santos Estrela Correia Lima ²

Cauã Fábio Freitas de Almeida ³

Antônia Arisdélia Fonseca Matias Aguiar Feitosa ⁴

RESUMO

O processo de visibilidade da mulher na sociedade teve início no período do Iluminismo (séculos XVII e XVIII) através de discursos literários dos filósofos da época, como Mary Wollstonecraft, Rousseau, Condorcet, dentre outros que possibilitaram o protagonismo feminino na época. Na perspectiva atual o protagonismo feminino é percebido e são demonstradas novas pautas e objetivos a serem alcançados, vinculados à sua valorização. Contudo, a realidade de uma busca por equidade de gênero global ainda permanece. Esta proposta tem como objetivo popularizar os feitos acadêmicos e sociais dirigidos por mulheres brasileiras, com ênfase na região nordeste. As ações envolvem exposições ativas, itinerantes, mediadas pelo espaço “Casa da Ciência” localizado no DSE/CCEN/UFPB. A estratégia metodológica é a gamificação através de um circuito informativo sobre as contribuições acadêmico-social das mulheres, o qual é dividido em três momentos cronológicos: a aparição feminina nas áreas científicas, os conflitos enfrentados para o reconhecimento da mulher nas academias e as ações ocultas na sociedade feitas por mulheres. Este esforço não apenas reconhece a importância das contribuições femininas, mas também visa inspirar a consciência coletiva sobre a necessidade contínua de igualdade de gênero. Ao dar destaque a esses aspectos, o projeto não só celebra as conquistas passadas, mas também reforça a urgência de promover um ambiente inclusivo e igualitário para as mulheres na academia e na sociedade em geral.

Palavras-chave: Visibilidade da mulher; Equidade de gênero; Gamificação; Produção acadêmica.

¹ Graduando do Curso de Ciências Biológicas Licenciatura da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, ygor.biologia.ufpb@gmail.com;

² Graduado pelo Curso de Ciências Biológicas Bacharel da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, mateusestrelaa@gmail.com;

³ Graduando do Curso de Ciências Biológicas Bacharel da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, cauanfabioalmeida09@gmail.com;

⁴ Docente do Curso de Ciências Biológicas do Departamento de Sistemática e Ecologia do CCEN/UFPB; arisdelfeitosa@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O protagonismo da mulher na sociedade brasileira é uma questão complexa, marcada pela presença do machismo estrutural, enraizado na cultura do país, e pelas novas filosofias sociais que emergem ao longo da luta pela igualdade de gênero. A compreensão das ramificações dos conhecimentos igualitários é fundamental para que hábitos culturais que ferem o Artigo 5º da Constituição Federal do Brasil (1988), que assegura a igualdade de direitos a todos os cidadãos, sejam reconhecidos e desafiados. Essa análise é vital para entender as formas de silenciamento enfrentadas pelas mulheres no campo científico e em outros âmbitos da vida social.

A pesquisa de Grossi et al. (2016) destaca a trajetória da Professora Helena Nader, uma mulher que ascendeu em sua carreira acadêmica e profissional, ocupando cargos de destaque, como a presidência da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e, atualmente, da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Nader ressalta que as mulheres frequentemente precisam desempenhar dois papéis simultaneamente: o de profissionais e o de cuidadoras em casa, o que revela a necessidade de evolução constante para alcançar posições de destaque.

Nesse sentido, a popularização dos trabalhos acadêmicos liderados por mulheres se torna uma demanda emergente. Carvalho e Casagrande (2011) discutem a herança histórica que influencia as condições de trabalho das mulheres na ciência, apontando que, apesar das desigualdades, elas continuam a produzir ciência e a contribuir significativamente para o avanço do conhecimento.

A conexão entre o protagonismo de mulheres e questões ambientais é também abordada por Schlee et al. (2018), que destacam a associação íntima entre as mulheres e a natureza. Uma análise mais aprofundada na literatura ecofeminista revela discussões significativas sobre a contribuição feminina para questões ambientais, promovendo uma compreensão holística das interações entre gênero e meio ambiente.

Diante desse contexto, a hipótese deste trabalho é que a realização de um levantamento abrangente dos trabalhos acadêmicos produzidos por mulheres na área da educação ambiental no Brasil, aliada à disseminação dessas informações coletadas por meio de um painel informativo didático, resultará em um aumento na percepção sobre a contribuição feminina para a sustentabilidade ecológica. Espera-se que essa iniciativa inspire e motive um maior engajamento acadêmico entre mulheres no campo da ciência ambiental.

A motivação para este projeto é oriunda da experiência acadêmica no curso de Biologia, com ênfase em educação ambiental, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Observou-se uma lacuna no reconhecimento do protagonismo feminino em áreas cruciais para o avanço científico e a conservação ambiental. Embora nem todos autores pertençam ao gênero feminino, nos pautamos no entendimento que temos sobre a importância de reconhecer as contribuições significativas das mulheres na instituição.

Residente em João Pessoa, Paraíba, uma região rica em diversidade cultural, acredita-se que é essencial promover a inserção feminina na ciência de forma escalonada, começando pelo âmbito global, passando pelo nacional, regional e, finalmente, local. Essa estratégia busca evidenciar o desenvolvimento e a integração das mulheres na ciência e na educação ambiental, constituindo uma ferramenta inspiradora e educativa para a comunidade acadêmica e o público em geral.

O presente trabalho busca não apenas reconhecer e valorizar as contribuições femininas, mas também promover a equidade de gênero e incentivar futuras gerações de mulheres a se engajarem no campo científico, especialmente na educação ambiental. Ao destacar essas narrativas e realizações, o trabalho contribui para uma sociedade mais justa e equitativa, onde as vozes femininas sejam plenamente reconhecidas e valorizadas.

METODOLOGIA

A pesquisa é quali-quantitativa, tem abordagem exploratória e descritiva, e está sendo conduzida sob o paradigma interpretativo. Considera-se que a compreensão do objeto de estudo no contexto social requer uma análise histórica, reconhecendo que o presente fornece meios para uma interpretação mais aprofundada do passado e vice-versa, conforme Paulilo (1999). Busca-se apreender a realidade complexa e múltiplas vozes que constituem o mundo social, alinhada às ideias de Grande (2007, apud Lopes, 1994). Essa perspectiva interpretativa se sustenta na construção dialógica com os participantes, permitindo que o pesquisador elabore interpretações teóricas ao longo do processo (Alcantara e Oliveira, 2020, apud González Rey & Patiño Torres, 2017).

O estudo está fundamentado em Gasque (2007), que prioriza a flexibilidade na coleta e análise dos dados, permitindo revisões críticas contínuas e a construção de interpretações provisórias e conceitualmente densas. A metodologia construtivo-interpretativa é a utilizada para captar subjetividades e significações emergentes, promovendo uma compreensão cultural-histórica dos fenômenos educacionais e das

interações sociais envolvidas. Os instrumentos para obtenção de dados envolvem: entrevistas semiestruturadas, questionários e pesquisa bibliográfica.

As entrevistas seguem uma abordagem dialógica, facilitando a exploração de perspectivas pessoais e contextuais. Os questionários têm como foco as percepções das mulheres na educação ambiental e suas experiências em relação à promoção da equidade de gênero. A interpretação e sistematização dos dados ocorrem pela análise de conteúdo de Bardin (1977), com procedimentos de leitura flutuante, codificação e categorização que permitirão a interpretação crítica e inferências significativas sobre os dados coletados.

O estudo se concentra em produções acadêmicas brasileiras sobre a educação ambiental realizadas por mulheres, disponíveis em repositórios online, com destaque para o Google Scholar. A amostra é selecionada com base em relevância e impacto acadêmico, considerando produções entre 2019 e 2024. Os descritores utilizados constituem: "Educação Ambiental", "Protagonismo Feminino", "Mulheres na Ciência" e "Equidade de Gênero", visando identificar as contribuições mais relevantes e recentes. Além disso, estão sendo entrevistadas mulheres que atuam na educação ambiental, especialmente na região nordeste, incluindo professoras universitárias, pesquisadoras e ativistas ambientais. Documentos históricos, artigos, teses e infográficos estão sendo analisados para identificar marcos históricos e teorias significativas que fundamentam o protagonismo feminino e a equidade de gênero.

O tratamento dos dados envolvem três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Durante a pré-análise, são definidos objetivos e hipóteses a partir da seleção dos documentos. Na fase de exploração, os dados são transformados em unidades de análise, categorizados e organizados para permitir uma compreensão mais aprofundada. A etapa final consiste na interpretação dos resultados, guiada pelo referencial teórico adotado, proporcionando insights sobre as contribuições das mulheres na ciência e na educação ambiental.

Também está sendo elaborado um quadro demonstrativo que conectará contextos sócio-históricos e o protagonismo feminino em diferentes segmentos da sociedade. A pesquisa culminará em um circuito expositivo interativo, roleta temática, um tabuleiro lúdico, por meio dos quais as pessoas explorarão marcos históricos e sociais relacionados ao tema. Essa dinâmica permitirá que o público se envolva com as contribuições femininas e com os desafios enfrentados na promoção da equidade de gênero.

Nessa perspectiva o estudo apresenta riscos, como a indisponibilidade de participantes para entrevistas e dificuldades na obtenção de documentos históricos

completos. Contudo, a pesquisa oferece benefícios significativos ao ampliar a visibilidade das mulheres na ciência, fomentar a educação ambiental e promover a equidade de gênero. A coleta de dados é conduzida de forma ética, respeitando o direito de imagem dos participantes e garantindo a confidencialidade das informações. Além disso, a metodologia proposta possibilita revisões e ajustes contínuos, assegurando a validade e a relevância dos achados.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os estudos sobre a presença feminina na ciência permanecem subestimados e são apontados como “grandes ausentes dos processos de Inovação em Ciência e Tecnologia no Brasil”, segundo Lopes (2002, p. 315) e Leta (2014). Superar essa sub-representação é uma responsabilidade coletiva, pois o avanço social depende da valorização das contribuições dessas mulheres. Para garantir essa continuidade, é essencial reconhecer suas autorias e compreender a necessidade de proteção social.

A trajetória das mulheres na ciência no Brasil tem raízes históricas em estratégias de sobrevivência desenvolvidas no período colonial. Nos séculos XVI e XVII, as imposições europeias reprimiam a produção científica local e rotulavam como heresia práticas não alinhadas às normas, como relatam Dias e Sampaio (2011). Nesse contexto, as mulheres desenvolveram conhecimentos alternativos, sobretudo na área da saúde, dando origem às benzedadeiras, parteiras e curandeiras.

O conhecimento produzido por essas mulheres foi fundamental em áreas como botânica e paleontologia, conforme discutido por Carvalho e Casagrande (2011). Um marco importante foi a reforma de Leôncio de Carvalho, em 1879, que permitiu a matrícula feminina nas universidades (Lobo, 1954). Rita Lobato, a primeira médica formada no Brasil, concluiu seu curso em 1887, pavimentando o caminho para outras mulheres no ensino superior e na ciência (Lobo, 1954).

Embora a participação feminina na produção científica tenha aumentado, persiste uma disparidade em relação aos homens. Dados do CNPq indicam uma proporção de 1,5 publicações masculinas para cada publicação feminina, com maiores desigualdades em algumas áreas, como destacam Leta (2014).

No campo educacional, a intersecção entre educação ambiental e educação formal é essencial para uma prática pedagógica crítica (Matos, 2009). A criação das primeiras escolas primárias femininas em 1827 possibilitou a inserção das mulheres no mercado de trabalho como professoras (Bruschini e Amado, 2003 apud Santos e Luporini,

1988). A partir da década de 1970, a educação ambiental emergiu como estratégia para enfrentar a crise ambiental e promover a sustentabilidade (Ramos, 2001). No entanto, a contribuição das mulheres na ciência e na educação ambiental foi frequentemente silenciada, como exemplificado pela criminalização dos saberes tradicionais femininos durante a perseguição às "bruxas" na Idade Média (Federici, 2017) e Silva et al. (2023).

A participação ativa das mulheres é essencial para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 5 (Igualdade de Gênero). Segundo Sen (2000), o empoderamento feminino é não apenas uma meta, mas uma alavanca para o desenvolvimento social e econômico, dada a capacidade das mulheres de promover transformações em suas comunidades.

A proatividade feminina se destaca na antecipação de demandas e na liderança de ações transformadoras. Em áreas como educação e sustentabilidade, as mulheres têm sido fundamentais para a concretização dos ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), 13 (Ação Climática), 14 (Vida na Água) e 15 (Vida Terrestre), como destacam Ribeiro e Silva (2019). Essas lideranças impulsionam projetos de conscientização ambiental e práticas sustentáveis, gerando impacto direto nas comunidades.

Na região Nordeste, por exemplo, mulheres assumem papéis centrais em projetos de educação ambiental crítica, promovendo transformações sociais e equidade de gênero por meio de metodologias dialógicas (Lima e Santos, 2022). Esse protagonismo está alinhado aos princípios da educação emancipatória de Freire (1996), que valoriza o aprendizado coletivo e a conscientização socioambiental.

A proatividade feminina é ainda mais relevante em contextos de vulnerabilidade, onde as mulheres constroem redes de apoio comunitário e articulam políticas públicas inclusivas (Costa, 2020). Essas ações fortalecem a agroecologia e a segurança alimentar, alinhando-se aos princípios da Agenda 2030 e promovendo sustentabilidade local.

O desenvolvimento dos estudos de gênero na academia brasileira é parte de um processo contínuo de busca por visibilidade e legitimidade (Costa e Sardenberg, 2014). Desde as contribuições pioneiras de Heleieth Saffioti nos anos 1960, esses estudos têm fomentado uma perspectiva crítica nas universidades. Entretanto, a região Nordeste ainda enfrenta desafios estruturais e políticos que impactam especialmente as cientistas locais (Santos, 2016).

Políticas públicas que integram gênero e sustentabilidade são fundamentais para enfrentar os desafios sociais e ambientais contemporâneos (Mello e Cardoso, 2021). A

superação dessas barreiras demanda políticas inclusivas e um compromisso contínuo com a diversidade e a equidade na produção científica e acadêmica.

Assim, a participação ativa das mulheres na ciência e na educação ambiental é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Reconhecer seu protagonismo não apenas promove a igualdade de gênero, mas também potencializa a transformação social necessária para um futuro sustentável.

RESULTADOS PREVISTOS

Os resultados da pesquisa estão previstos para uma organização em duas etapas: iniciais e secundários, cada uma com foco específico e implicações práticas. A primeira etapa terá como objetivo traçar um panorama histórico das contribuições das mulheres nas ciências, mapeando barreiras estruturais e contextuais que dificultaram ou ainda dificultam o avanço delas em carreiras científicas. Entre as barreiras esperadas estão a falta de apoio institucional, desigualdades salariais, preconceito de gênero e baixa representatividade feminina em posições de liderança e produção científica. Esse diagnóstico permitirá a elaboração de um relatório preliminar que trará dados quantitativos e qualitativos, formando a base para a construção de recomendações políticas e educacionais.

Com base nesses dados iniciais, as recomendações práticas incluirão sugestões de reformulações curriculares que ampliem a inclusão de conteúdos sobre a história e as contribuições femininas nas ciências, desde o ensino básico até o superior. O projeto visa também influenciar políticas institucionais, propondo a criação de programas de apoio e mentoria para mulheres cientistas, além de parcerias com escolas e universidades para fomentar a equidade de gênero nas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM). A pesquisa poderá recomendar incentivos como bolsas específicas para mulheres e a promoção de eventos que celebrem as realizações femininas, com o objetivo de aumentar a representatividade.

Além das mudanças institucionais, a pesquisa também terá implicações diretas na prática pedagógica. A criação de um mini circuito expositivo apresentando o papel das mulheres em momentos-chave da ciência e da educação ambiental será uma estratégia didática inovadora. Essa iniciativa poderá ser inserida em atividades escolares e universitárias, promovendo a conscientização sobre a importância da diversidade de gênero e estimulando o interesse dos alunos por carreiras científicas. Espera-se que esse

circuito, aliado a discussões interdisciplinares, contribua para a construção de uma prática pedagógica mais inclusiva, alinhada aos princípios da educação crítica e emancipatória.

Para garantir o engajamento comunitário e a sustentabilidade dos impactos, o projeto incluirá atividades interativas, como uma dinâmica de tabuleiro informativo, roleta temática em espaços públicos. Essas atividades proporcionarão experiências imersivas e educativas, incentivando a reflexão coletiva sobre a invisibilidade histórica das contribuições femininas. O engajamento será avaliado por meio de questionários e grupos focais com participantes das exposições e workshops, coletando feedback para aprimorar futuras iniciativas. Além disso, a interação com comunidades locais permitirá a identificação de lideranças femininas que poderão colaborar ativamente na continuidade do projeto, reforçando redes de apoio e sustentabilidade.

O projeto também terá impacto na formulação de políticas públicas voltadas à equidade de gênero. As análises obtidas servirão como subsídio para a criação de políticas específicas, como a implementação de cotas ou metas de paridade de gênero em programas científicos e tecnológicos. A proposta inclui, ainda, a criação de uma rede de mentoria para cientistas iniciantes, facilitando a troca de experiências e a construção de trajetórias mais equitativas. A pesquisa terá como foco não apenas os desafios enfrentados por mulheres em grandes centros urbanos, mas também nas regiões periféricas e no Nordeste, onde as barreiras estruturais e sociais tendem a ser mais severas.

Por fim, os resultados serão amplamente disseminados por meio de publicações em periódicos científicos, apresentações em congressos e seminários, e eventos públicos. A formação de parcerias com organizações não governamentais, escolas e instituições governamentais garantirá que os achados tenham impacto prático e alcancem diferentes setores da sociedade. Espera-se que a pesquisa não apenas gere conhecimento acadêmico, mas também estimule mudanças efetivas nas políticas educacionais e de igualdade de gênero, contribuindo para uma sociedade mais justa e sustentável.

CONSIDERAÇÕES

A análise sobre o protagonismo feminino na ciência e na educação ambiental oportuniza a visibilidade de uma trajetória marcada por desafios históricos e contemporâneos, mas também por conquistas significativas. A pesquisa apresentada reafirma a importância de reconhecer e valorizar as contribuições das mulheres, que, apesar das barreiras impostas pelo machismo estrutural, continuam a desempenhar papéis fundamentais no avanço do conhecimento científico e na promoção da sustentabilidade.

A utilização de uma metodologia qualitativa, centrada na voz das participantes, permitirá uma compreensão mais profunda das experiências e desafios enfrentados por mulheres na educação ambiental, contribuindo para um panorama mais justo e equitativo.

Os resultados ampliarão os conhecimentos acadêmicos sobre a participação feminina, proporcionarão uma base para a formulação de políticas educacionais e institucionais que promovam a igualdade de gênero e estimularão o engajamento de meninas no trato às questões socioambientais. A criação de um painel informativo e a realização de um circuito expositivo interativo servirão como ferramentas de sensibilização, estimulando a reflexão sobre a necessidade de uma maior inclusão das vozes femininas na ciência.

Portanto, este projeto não se limita a uma simples investigação acadêmica; ele busca efetivamente inspirar futuras gerações de mulheres a se engajarem na ciência e na educação ambiental, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. A promoção da equidade de gênero é, assim, um imperativo não apenas moral, mas também estratégico para o desenvolvimento social e ambiental do Brasil. Ao final, espera-se que as narrativas destacadas por esta pesquisa possam servir de catalisadoras para uma mudança de mentalidade que valorize e reconheça as contribuições femininas, essencial para o fortalecimento da ciência e a promoção de um futuro mais sustentável.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, R. de., OLIVEIRA, A. M. do C. de. APORTES DA EPISTEMOLOGIA QUALITATIVA E DA METODOLOGIA CONSTRUTIVO-INTERPRETATIVA DE GONZÁLEZ REY À PESQUISA EDUCACIONAL: UM ESTUDO DE CASO. *Revista Actualidades Investigativas en Educación*, v. 20, n. 2, p.1-20, 2020. Doi: <10.15517/aie.v20i2.41639>.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 25 jun. 2024.

CARLVALHO, M. G. de., CASAGRANDE, L. S. **MULHERES E CIÊNCIA: DESAFIOS E CONQUISTAS**. INTERthesis, v. 8, n. 2, UFSC, Florianópolis, 2011.

CASTRO, E.; OLIVEIRA, U. T. V. **A entrevista semiestruturada na pesquisa qualitativa-interpretativa: um guia de análise processual.** *Entretextos*, Londrina, v. 22, n. 3, p. 25-45, 2022. Disponível em:

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR>. Acesso em: 11 jun. 2024.

COSTA, A. A.; SARDENBERG, C. M. B. TEORIA E PRÁXIS FEMINISTAS NA ACADEMIA. *Revista Feminismo*, Vol. 2, N. 2, p. [números das páginas], Maio-Ago. 2014.

COSTA, M. N. **Sustentabilidade e protagonismo feminino: articulações entre gênero e meio ambiente.** Rio de Janeiro: Ed. Contexto, 2020.

DE GRANDE, P. B. **DESAFIOS DA PESQUISA QUALITATIVA: UM PERCURSO METODOLÓGICO INICIAL.** LÍNGUA, LITERATURA E ENSINO, v. 2, 2007.

DIAS, J. SAMPAIO, V G. A INSERÇÃO POLÍTICA DA MULHER NO BRASIL: UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA. *Tribunal Superior Eleitoral*, Estudos Eleitorais, v. 6, n. 3, 2011.

FERREIRA, A. C. (Org.). *Análise de conteúdo.* 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2011. 225 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GASQUE, K. C. G. D. Teoria fundamentada: nova perspectiva à pesquisa exploratória. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). *Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação.* Brasília: Thesaurus, 2007. p. 113-115.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social.* 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 27.

GOVERNO FEDERAL. **TRANSFORMANDO NOSSO MUNDO: A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.** Brasil, 2016. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/delbrasonu/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>>. Acesso em: 28 mai. 2024.

GROSSI, M. G. R., BORJA, S. D. B., LOPES, A. M., ANDALÉCIO, A. M. L., **As mulheres praticando ciência no Brasil.** SciELO, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/J8B8SQsRgDpYtQ3mD6rnFbv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2024.

GUIMARÃES, M. *Educação Ambiental Crítica.* In: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Identidades da Educação Ambiental Brasileira.* Coordenação: Philippe Pomier Layrargues. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 25-33.

LETA, J. **MULHERES NA CIÊNCIA BRASILEIRA: DESEMPENHO INFERIOR?** *Revista Feminismo*, v. 2, n. 3, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

LOBO, Francisco Bruno. RITA LOBATO. **A primeira médica formada no Brasil.** Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1954.

LIMA, R. S.; SANTOS, F. P. **Educação ambiental crítica e o protagonismo feminino no nordeste brasileiro.** *Revista de Estudos Sociais e Ambientais*, v. 14, n. 2, p. 101-117, 2022.

LUZ, R.; PRUDÊNCIO, C. A. V.; CAIAFA, A. N. Contribuições da educação ambiental crítica para o processo de ensino e aprendizagem em Ciências visando à formação cidadã. *IENCI - Ensino, Ciências e Inovação*, v. 23, n. 3, p. 60-74, 2018. DOI: 10.22600/1518-8795.ienci2018v23n3p60.

MATOS, M. C. de F. G. **Panorama da educação ambiental brasileira a partir do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental**. Rio de Janeiro: UFRJ/ Faculdade de Educação, p. 74-76, 2009.

MELLO, T. A.; CARDOSO, V. B. **Interseccionalidade e sustentabilidade: o papel das mulheres nas políticas públicas ambientais**. *Cadernos de Políticas Sociais*, v. 7, n. 1, p. 45-63, 2021.

PAULILO, M. A. S. **A PESQUISA QUALITATIVA E A HISTÓRIA DE VIDA**. *Serv. Soc. Rev.*, Londrina, v. 2, n. 2, p.135-148, 1999.

RAMOS, E. C. Educação ambiental: origem e perspectivas. *Educar*, Curitiba, n. 18, p. 201-218, 2001. Editora da UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/NhDhdgkXcnwdzbLwmmz9T4y/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 jun. 2024.

RIBEIRO, A. F.; SILVA, M. L. **Gênero e sustentabilidade: a contribuição das mulheres para os ODS**. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Sustentável*, v. 8, n. 3, p. 76-89, 2019.

SANTOS, V. M. dos. **Uma "perspectiva parcial" sobre ser mulher, cientista e nordestina no Brasil**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 398, set./dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p801>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SCHLEE, J. C. P.; ÁVILA, D. A.; HENNING, P. C. **Relação mulheres e natureza nos interstícios da Educação Ambiental**. *RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 04, ed. especial, artigo nº 747, 2018. Disponível em: <<http://relacult.claec.org>>. Acesso em: 29 mai. 2024.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, L. N. da; LOPES, N. V. B. M. B. e; WIZIACK, S. R. de C. Educação ambiental e mulheres: um diálogo decolonial necessário e possível. *Geofronter*, Campo Grande, v. 9, Dossiê Meio Ambiente e Educação Ambiental, p. 01-14, 2023. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. ISSN: 2447-9195.

SILVA, S. M. da. **CONSTITUCIONALISMO FEMINISTA: VISIBILIZANDO AUTORIAS E PRODUÇÕES CIENTÍFICAS NORDESTINAS**. *Interfaces Científicas*, Aracaju, V. 8, N. 2, p. 176-197, 2020. DOI: 10.17564/2316-381X.2020v8n2p176-197. Acesso em: 12 jun. 2024.